

## Narrativas Culturais e as Identidades de Gênero em Moçambique

*Narrativas Culturales y las Identidades de Género en Mozambique*

*Cultural Narratives and Gender Identities in Mozambique*

António Domingos Braço

**Resumo:** este artigo de revisão teórica visa refletir sobre as questões que podem embasar a análise das concepções sobre o feminino e o masculino implícitas nas narrativas e práticas culturais, no contexto das organizações sociais moçambicanas (cantos, danças, mitos, ritos, contos e lendas). Nesta intenção, a literatura consultada possibilitou compreender os significados e sentidos contidos nos discursos culturais que engendram as relações de poder, as identidades, as diferenças e a “invisibilidade” das mulheres dentro dos cenários educativos e profissionais em Moçambique.

**Palavras-chave:** narrativa, identidade, gênero, Moçambique.

**Resumen:** este artículo de revisión teórica pretende reflexionar sobre las cuestiones que puedan consolidar el análisis de las concepciones sobre lo femenino y lo masculino implícitas en las narrativas y en las prácticas culturales, en el contexto de las organizaciones sociales mozambiqueñas (cantes, bailes, mitos, ritos, cuentos y leyendas). En este sentido, la literatura consultada posibilitó comprender los significados y sentidos contenidos en los discursos culturales que engendran las relaciones de poder, las identidades, las diferencias y la “invisibilidad” de las mujeres dentro de los escenarios educativos y profesionales en Mozambique.

**Palabras clave:** narrativa, identidad, género, Mozambique.

**Abstract:** this review paper aims to reflect on issues that can ground the analysis of the implicit conceptions of feminine and masculine present in the cultural narratives and practices (tales, legends, myths, songs, dances and rituals) that comprise the context of the Mozambican social organizations. The herein reviewed literature made it possible to understand the meanings and senses present in the cultural discourses that produce power relations, identities, differences and the ‘invisibility’ of women within the educational and professional contexts of Mozambique.

**Keywords:** narrative, identity, gender, Mozambique

---

---

António Domingos Braço é doutorando, concentração em Antropologia, no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará. Bolsista do Programa Estudantes-Convênio PEC-PG/CAPES/Brasil. Docente na Universidade Pedagógica (Moçambique)/Delegação da Beira. E-mail: [andobra@yahoo.com.br](mailto:andobra@yahoo.com.br)

---

---

## INTRODUÇÃO

O presente artigo visa refletir sobre as potencialidades que as narrativas e práticas sociais têm no estudo das concepções de gênero no contexto moçambicano. Pretende-se construir um referencial teórico que permita levantar questionamentos sobre as relações existentes entre os discursos e as práticas culturais e a invenção dos sujeitos sexuais, das suas representações e identidades. As linguagens populares, os provérbios, os mitos, os contos e as lendas em cada contexto refletem e reforçam o pertencimento e a construção dos seres feminino e masculino.

Estudos (SERRA, 2000; NEWITT, 1997; JUNOD, 1974) indicam a existência em Moçambique de comunidades com características socioculturais diversas, essas por sua vez possuem formas específicas de organização e particularidades que se manifestam na linguagem, na arte, na religião, nos mitos, nos rituais, nas relações sociais e de poder. Quer-se supor que, nessas sociedades, tanto a mulher quanto o homem absorvem discursos que os constituem e os atribuem papéis “tradicionais”, identidades e responsabilidades diferenciadas. Nesse sentido, falar de gênero não pode se restringir apenas à abordagem dos aspectos da diferenciação de sexos, no que diz respeito ao acesso, à permanência, ao sucesso na escola ou à participação no desenvolvimento socioeconômico, numa opção metodológica que se reduz ao domínio da comparação estatística entre homens e mulheres. É mais do que isso, é buscar os sentidos – compreendidos sob o ponto de vista da objetividade e; os significados – sob o ponto de vista da subjetividade, que estão por trás da construção das identidades sexuais e que podem auxiliar na compreensão das suas relações no que concerne às suas representações na vida social, em geral.

### 1. Gênero e Significação

A análise das representações de gênero merece especial atenção para realidades culturais como a moçambicana. Isso porque nestas sociedades, como em outras, “(...) toda ação social é ‘cultural’, [...] todas as práticas

sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p.1). As identidades, nesse contexto, são fruto de uma construção cultural, pois elas ‘expressam’ e ‘comunicam’ o que Hall (1997) denomina de *cultura* – um sistema de significados pelo qual é possível codificar, organizar e regular a conduta humana relação aos seus pares e dar sentido às suas ações. Assim, é possível interpretar a partir da cultura, não apenas o que significa ser mulher ou homem, mas também o que define as relações de gênero na construção das identidades e das diferenças entre o feminino e masculino e nas suas representações profissionais, sociais e culturais.

As diferenças sexuais, segundo Scott (1995) só podem ser explicadas tendo em atenção aos sistemas de significação, às maneiras como em cada sociedade elas se representam e pelas quais se articulam, tanto em regras de convivência como para construir o sentido da experiência nas relações sociais, onde se atribuem papéis próprios aos homens e às mulheres e as respectivas maneiras de se referir as suas identidades subjetivas. Nesse caso a linguagem tem um papel central não apenas na comunicação, mas também na interpretação e representação do gênero, designando os sistemas de significação e as ordens simbólicas. Sem o sentido não há experiência, sem processo de significação não há sentido. Através da busca dessas “teias de significações”, conforme denominação de Geertz (1989) seria possível compreender as especificidades das diferenças de gênero em qualquer sociedade.

Do mesmo modo, os processos de atribuição de papéis sociais por gênero têm raízes nos discursos sociais e culturais. Por isso, assume-se o pressuposto de que “(...) se o gênero não for encarado como um atributo dos indivíduos, mas antes como um sistema de significados, é possível compreender não só o processo que cria as diferenças sexuais e as relações de poder, mas também promover a transformação social” (GIDDENS, 2001, p. 40).

A primeira transformação necessária no contexto do estudo dessa temática em Moçambique é a que atende ao princípio de que as diferenças

não são determinadas biologicamente, mas geradas culturalmente. Pois é mediante elas ser possível criar teorias científicas que possam identificar “a ordem do discurso”, na perspectiva de Foucault (1996), que constitui as mulheres e os homens, condicionando-os no processo das suas escolhas educacionais e profissionais e das suas identificações sociais e culturais. Se de um lado existem as macro-narrativas, teorias sociais e políticas que ao longo da história da humanidade foram construindo as diferenciações de gênero, de outro, também não podem ser ignoradas as micro-narrativas, mitos, lendas, contos e ritos que as comunidades locais utilizam para construir, explicar e justificar as essas diferenciações.

As narrativas e as práticas das culturas locais tornam o discurso sobre o gênero, tomando as palavras da Scott (1995), um campo de pesquisa que é capaz de dar força, interrogar, desmistificar e mudar os paradigmas históricos existentes, por conter o que é a chave do acesso à ordem do simbólico, a linguagem, que é a principal construtora da identidade sexual, esta entendida como celebração móvel, na visão de Hall (2006) que é capaz de formar e transformar os sujeitos, quando representados e interpelado nos circuitos culturais, nos quais se politiza e também se torna em política da *diferença*.

Os contos, os provérbios, os mitos e outras tantas formas de oralidade moçambicana podem ser considerados com fontes de alimentação da performatividade feminina e masculina, entendida aqui como “prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia [ou como] aquele poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange” (BUTLER, 2000, p.154/5). O que sugere que não se conceba gênero como um construto cultural imposto a matéria, ao corpo, de uma forma estática, mas pensado como norma que governa a materialização do corpo, o que inclui a questão da identificação, suas adesões ou negações.

Daí possa considerar-se que “[...] os discursos estão inexoravelmente implicados naquilo que as coisas são. As sociedades e culturas em que vivemos são dirigidas por poderosas ordens discursivas que regem o que

deve ser dito e o que deve ser calado e os próprios sujeitos não estão isentos desses efeitos” (COSTA, 2000, p.3). Isso significa que o “dito” muitas vezes serve de modelo e “molda” os sujeitos e suas identidades, criando as diferenças e as relações de poder.

E talvez por isso que se pode apropriar a questão trazida por Bourdieu (2010) e requalificá-la para a realidade moçambicana: como as diferenças visíveis entre os órgãos sexuais masculino e feminino são socialmente construídos e fundamentam a divisão dos estatutos sociais atribuídos ao homem e à mulher? Compreendendo que nas sociedades que tem uma forte influência do passado na vida das pessoas, como é o caso de Moçambique, as ordens discursivas têm maior peso e importância e ‘prendem’ as pessoas no seu modo de ser, conviver, estar e fazer as coisas. Nelas como diria Giddens,

o passado é venerado e os símbolos são valorizados por que contêm e perpetuam a experiência de gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais, por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes. (*Apud* HALL, 2006, p. 14-5).

Essa articulação, de raízes nas tradições culturais, entre o passado, o presente e o futuro da pessoa é tão forte que condiciona sua vida, principalmente nas suas escolhas educacionais e profissionais e nas suas formas de ser e estar na sociedade. A diferença de gêneros no espaço escolar e profissional surge assim como uma continuidade do discurso da tradição cultural. Para cada gênero cabem certos saberes e fazeres, na perspectiva dos ditos sociais e culturais. Tal como afirma Machado (2007) existe uma relação entre as identidades masculina e feminina na aquisição de saberes e práticas nas comunidades locais.

Mas, essas formas de naturalização da construção da identidade decorrente da repetição das normas constitutivas numa sociedade são sutis, entendendo que “o ato de nomear é, ao mesmo tempo, a repetição de uma norma e o estabelecimento de uma fronteira” (ARÁN e JÚNIOR,

2007, p.134) e ainda, os discursos reguladores que formam o sujeito do gênero são os mesmos responsáveis pela produção da sua sujeição.

Durante as entrevistas aos anciões do grupo étnico-linguístico Sena, situados ao longo do rio Zambeze, entre as províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambeze, foi bem evidente a perspectiva de que a educação tradicional oferecida, principalmente na infância, aos homens era diferente a das mulheres (BRAÇO, 2008). Isso pode significar que desde criança as meninas e os meninos são submetidos a discursos diferenciados que interferem na formação de suas identidades, e suas responsabilidades sociais.

Entretanto, a sutileza e a naturalização das desigualdades de gênero aumentam na medida em que “o discurso do masculino e do feminino está construído no plano do simbólico” (MOURA, 2011, p.12). E é nesse sentido que na realidade moçambicana não se pode negligenciar esses códigos culturais contidos na tradição oral: mitos, lendas, provérbios e contos, estes não são apenas discursos do passado, mas sua força é tão presente em todos os espaços e tempos como inventores de sujeitos. As diferenças entre os gêneros são aceites naturalmente porque a “linguagem corrente utilizada nas representações da masculinidade e feminilidade é essencialista e construída sobre os estereótipos da natureza feminina e masculina” (*ibidem*). E ainda,

O poder destrutivo desses valores/interesses masculinos reside no fato de que eles estão no dia a dia de cada um de nós, e se fazem também presentes e internalizados no imaginário regional. Esse mesmo imaginário reúne um sistema de crenças que atravessa rios, lagos, igarapés e igapós são ‘convergências culturais’ que colocam a mulher em posição política social inferior e, no entanto, aparecem com frequência amazônica (MOURA, 2011, p.13).

E esse poder ultrapassa as fronteiras físicas e alcança as diversas culturas da mesma forma. De modo que a desmistificação das relações de poder, entre o feminino e o masculino, estabelecidas ao longo da história poderia resultar da compreensão da tradição oral, de como os discursos

foram sendo ordenados e nos modos de como esses ordenaram os espaços da mulher e do homem na sociedade moçambicana. O discurso que provem da oralidade, uma das principais formas discursivas nas tradições moçambicanas, assume um papel importante na invenção das identidades, tal como acontece em sociedades que têm a escrita como principal fonte do seu discurso, tendo em conta que “a linguagem, as narrativas, os textos, os discursos não apenas descrevem ou falam sobre as coisas, ao fazer isso eles instituem as coisas, inventam a sua identidade” (COSTA, 2000, p.3).

É possível, então, identificar no contexto moçambicano e a partir da tradição oral o discurso que instituiu as diferenças de gênero, na divisão social e cultural do trabalho, das atividades, dos momentos, dos lugares. Num sentido mais profundo, tomando a questão de Bourdieu (2010, p.8) “é preciso realmente perguntar-se quais são os mecanismos *históricos* que são responsáveis pela des-historicização e pela eternização das estruturas de divisão sexual e dos princípios de divisão correspondentes”. Essa é uma questão que pode levar ao âmago dos problemas relacionados ao gênero em Moçambique, dando melhor possibilidades de enfrentamento e solução ao que se refere à marginalização, ao silenciamento e subalternização, principalmente do feminino. Pois, muito do que acontece na atualidade moçambicana, referente às relações de gênero, é reflexo de uma história, que carrega um discurso de uma tradição cultural, que (des)prestigia o feminino ou o masculino, dependendo do tipo de organização da sociedade, matrilinear ou patrilinear.

A apropriação crítica da cidadania das mulheres como um direito social, passa pela educação e obtenção de direitos, com vista a interpelar, (re) colocar e (re)significar os conteúdos e formas daquilo que se apresentar na escola, como contingência universal, rompendo com a posição de exploração/subordinação/opressão a que a mulher ainda hoje está submetida. (MOURA, 2011, p.16).

Por isso, cabe nos estudos ir além dos discursos políticos que clamam pela igualdade de gênero, e construir um conhecimento mais profundo sobre as suas origens dentro do contexto social e das tradições culturais

locais. Há que mostrar que essas relações são uma invenção de imaginário das sociedades e de narrativas permeadas de representação simbólica sobre o que é e o valor que dá ao feminino e ao masculino.

Para demonstrar esse viés de investigação que leva em conta o social e o cultural na construção do gênero, exemplos não faltam, como o da pesquisa de Colleyn (2005, p. 122) sobre as sociedades matrilineares, na qual conclui que “(...) as mulheres são fixas e constituem o núcleo permanente dos segmentos locais da linhagem matrilinear. No casamento, o homem deixa o seu lugar de nascimento para se instalar junto de um tio materno cuja filha ele despoja”. O que significa que se atribui à mulher e aos papéis femininos uma maior importância na organização política e econômica e nas relações de poder, diferentemente das sociedades patrilineares onde os homens permanecem fixos. Já Mello (2001, p.304) observa que “(...) todas as sociedades até hoje estudadas reservam papéis diferentes e diferenciados a homens e a mulheres” e longe de constituírem focos de concorrência são de complementaridade, de reciprocidade e de sincronia.

Em suma, “o que significa ser homem ou mulher é um dos conceitos mais variáveis do mundo, e pretender mudar comportamentos e mentalidades a esse nível implica um conhecimento profundo do outro e o recurso a estratégias específicas adaptadas a cada realidade” (GIDDENS, 2001, p.17). Isso implica discutir o gênero na perspectiva de uma identidade ternamente construída, pelo ato da fala, “um ato performativo é aquela prática discursiva que efetua ou produz aquilo que nomeia” (BUTLER, 2000, p.167).

Isso justifica, talvez, esta reflexão baseada na perspectiva de que é possível penetrar na realidade das sociedades moçambicanas, compreender os sentidos e os significados implícitos nos mitos e discursos sobre a mulher e o homem, o de descortinar o seu papel e suas responsabilidades na educação e, conseqüentemente, a sua participação na vida social. Porém, isso envolve um olhar metodológico apurado, que passa por uma

visão de organização social dessas comunidades, através de um trabalho etnográfico.

## 2. A organização social e a construção das identidades de gênero

Assumindo que as concepções de gênero são construídas socialmente e de modo particular em casa contexto pode-se pressupor que sua análise pode começar pelo olhar da organização social e das relações de parentesco que nela se configuram. Dados recolhidos no âmbito da realização da dissertação (BRAÇO, 2008) demonstraram que entre a etnia Sena, no distrito de Caia, província de Sofala, em Moçambique os processos informais de educação das crianças, a partir dos ritos de iniciação; a divisão social de trabalho; a responsabilidade social e política, entre outros arranjos sociais são determinados pelas diferenças sexuais. Por isso mesmo é pertinente voltar-se àquela realidade com um novo olhar, para redimensionar a investigação: Como entender as configurações das relações de gênero – a posição da mulher e do homem – suas formas de relacionarem-se a partir da organização social dos Sena, na divisão de trabalho, da educação, dos papéis e das responsabilidades sociais?

O enquadramento teórico para responder a essa questão é apresentado pela Carsten (2004, p.82): “se a antropologia visa compreender os termos em que as pessoas percebem e criam as diferenças e semelhanças de outros seres humanos, devemos reconhecer que o parentesco, em sentido mais amplo do termo, é uma boa maneira de começar” o estudo das representações de gênero. Mesmo porque o parentesco e gênero parecem indissociáveis, tanto nos trabalhos de Morgan, no século XIX, como nos de Lévi-Strauss, nos meados do século XX, em sua teoria de aliança, não pôde isolar o parentesco do gênero, ao descrever o matrimônio, enquanto troca de mulheres, que envolve homens. Isso tem suas implicações e uma delas é que em praticamente todos os períodos, o parentesco é fundamentalmente baseado numa distinção radical de gêneros: entre os do mesmo sexo e entre aqueles são do sexo oposto.

É preciso estar atento a isso, os estudos anteriores de gênero foram baseados nos pressupostos ocidentais da biologia. Todavia, não se pode dicotomizar as relações entre gênero e sexo. Segundo Carsten (2004, p.60):

A separação do gênero, como função social, do sexo, como corpo material, distingue as diferenças físicas nos corpos de homens e mulheres dos significados culturais que lhes são atribuídos. Isto proporcionou uma chave para explicações de subordinação feminina, que tendem a retornar às características físicas do corpo das mulheres e dos homens.

Pois, a ideia das diferenças de gênero, ou de sexo, por ser uma construção é um produto do discurso situado histórica e culturalmente. E tal como o parentesco, as identidades de gênero são performativas (BUTTLER, 2000) e não um dado biológico. As etnografias em algumas sociedades específicas provam que muitos conceitos ligados ao feminino ou masculino não têm uma relação direta com o natural ou o biológico e não são baseadas nos mesmos referenciais de parentesco.

É o que demonstra a Oyewumi (2010, p.35) ao afirmar que “os significados e interpretações devem ser derivados da organização social e das relações sociais e especialmente tendo em conta a cultura específica e os contextos locais”, questionando assim a universalização do modelo europeu de família nuclear nas análises dos conceitos de mulher e de gênero. Para ela as denominações de parentesco em contextos africanos têm suas especificidades e assumem um papel determinante para a compreensão das relações, na divisão de trabalho, nas formas de organização familiar, nas estratégias psicológicas para lidar com filhos e filhas e produz seres e sociedades baseadas em gênero.

E é aí que se perspectiva a análise de gênero: a reconfiguração da organização social à esfera política. E, ao ir além do biológico, o foco antropológico pôde virar do estudo do funcionamento institucional das sociedades, para os processos de construção simbólica de pessoas e relações e, obviamente, as relações entre os sexos. Assim, é importante ter em consideração que pensar nessas relações é mergulhar naquilo que se passa na ‘esfera domésticas’: “como [seria] o trabalho de mulheres e

homens diferenciados em determinados contextos culturais? E quais [seriam] os significados simbólicos e associações ligadas a essa divisão do trabalho?” (CARSTEN, 2004, p.60).

Um exemplo elucidativo, em suas etnografias a antropóloga Lasmar (2001) preocupa-se com as configurações entre os sexos em comunidades indígenas, não ocidentais, ao pressupor que a posição social da mulher e as representações sobre o feminino seriam construídas a partir de práticas cotidianas advindas do fluxo das relações sociais que eram estabelecidas no movimento de descida (subida) dos rios Uaupés e Negro de ou para a cidade de São Gabriel da Cachoeira. Nesse sentido ela demonstra que mais do que uma questão ‘dada’ e natural, a posição social da mulher e a concepção sobre o feminino são uma construção social.

Portanto, ao se tratar do gênero não se pode apenas pensar no dado biológico, no qual os corpos femininos e masculinos repousam e, a partir disto naturalizar a divisão do trabalho, as responsabilidades e os papéis sociais e as diferenças, é importante ir além, e refletir sobre em que “a construção da diferença de gênero pode invocar ou repousar naquilo que os povos particulares a denominam ser as ‘capacidades naturais’ intrínsecas dos corpos masculinos e femininos” (CARSTEN, 2000, p.20).

É nesse cenário dentro dos arranjos sociais, nas relações e atividades diárias, que os homens e a mulheres se apropriam dos saberes e forças que lhes atribuem papéis e performances femininos e masculinos. Assim, os corpos, os gêneros e os parentescos são fabricados num processo de socialização, a partir de discursos ou práticas culturais locais. Isso apenas pode ser entendido quando se olha além do natural, do dado e da biologia, onde as vidas empregadas do social ganham significação.

Entretanto, as perspectivas que dão ênfase as relações de gênero no âmbito discursivo e performativo, podem permitir uma melhor descrição, explicação e interpretação em contextos particulares de organização social, nos modos de relacionamento e agrupamento das pessoas, nas suas denominações e auto-denominações; nos critérios de divisão de trabalho e das responsabilidades sociais e; nas relações de poder que se estabelecem dentro dessas sociedades.

É nesse âmbito que se pode reformular as questões de pesquisa, partindo da visão de Yanagisako e Collier (1987 *apud* CARSTEN, 2004, p. 62/3), no que elas consideram importante para o antropólogo ou a antropóloga nos estudos de gênero – procurar a explicação de como as diferenças entre mulheres e homens são concebidas em contextos culturais específicos – ou melhor:

Ao invés de tomar por certo que “masculino” e “feminino” são duas categorias naturais de seres humanos cujas relações estão em toda parte estruturada por diferença, nos perguntamos se este é realmente o caso, em cada sociedade que estudamos, e, em caso afirmativo, que processos sociais e culturais específicos causam os homens e as mulheres para parecerem diferentes uns dos outros.

Assume-se, então, a premissa “do cuidado de distinguir as diferenças aparentemente naturais entre homens e mulheres a partir dos significados culturais que estão ligados a elas” (CARSTEN, 2004, p.59), ponto de partida para compreender as representações culturais em contextos locais e precisos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, propõe-se nesta reflexão uma posição que se baseia em dois pressupostos básicos: primeiro, assumir gênero como construção social, o que significa admitir que as narrativas e as práticas culturais, através dos seus discursos produzem identidades cujas performatividades dependem dos contextos locais de onde emergem. Segundo, que é consequência do primeiro, considerar que gênero e parentesco se entrelaçam dentro das organizações sociais.

Essa opção epistemológica pode levar a uma sociedade mais aberta e menos pré-determinada, no que diz respeito às relações entre mulheres e homens, porque se as representações sociais são entendidas no contexto mais amplo da compreensão de prática, as noções de parentesco e gênero não poderão ser isoladas no contexto de marcadores das diferenças

sociais e desigualdades, nem abstraídos dos contextos históricos em que são produzidos. Em suma, defende-se uma posição em que o discurso social e cultural é fundamental na produção dos sexos e suas identidades como realidades ontológicas. Através desses pressupostos seria possível um debate mais transparente nas questões referente à marginalização, a subalternização, à discriminação, ao poder, à submissão nas relações de gênero em Moçambique.

## REFERÊNCIAS

ARÁN, Marcia; JÚNIOR, Carlos Augusto Peixoto. Subversões do desejo: sobre o gênero e subjectividade em Judith Butler. *Cadernos Pagu*, nº 28, p.129-147, 2007.

BOURDIEU, Pierre *A Dominação Masculina*. 7ed, Rio de Janeiro: Bertrand, 2010.

BRAÇO, António Domingos. *A educação pelos ritos de iniciação: a contribuição da tradição cultural Ma-Sena ao currículo formal em Moçambique*. (Dissertação de Mestrado). São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2008.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira Lopes (org). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CARSTEN, Janet. *Cultures of relatedness: new approaches to the study of Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

\_\_\_\_\_. *After Kinship*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

COLLEYN, Jean-Paul. *Elementos de Antropologia Social e Cultural*. Lisboa: Edições 70, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber. 2000. Sujeitos e Subjetividades nas Tramas da Linguagem e da Cultura. *Texto apresentado no 10º ENDIPE – Rio de Janeiro-UERJ – 29 de maio a 1º de junho de 2000 – Simpósio Sujeitos e subjetividades na contemporaneidade*.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

\_\_\_\_\_. *A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo*. (Texto publicado no capítulo 5 do livro *Media and Cultural Regulation*, organizado por Kenneth Thompson e editado na Inglaterra em 1997. Publicado em *Educação & Realidade* com a autorização do autor).

FOUCAULT, Michel. *O ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989.

GIDDENS, Anthony. *Sociologia*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

JUNOD, Henrique A. *Usos e Costumes dos Bantos*. 2 ed. Lourenço Marques: Imprensa Nacional de Moçambique, 1974.

LASMAR, Cristiane. *De volta ao Lago de Leite: gênero e transformação no Alto Rio Negro*. São Paulo: UNESP, ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2001.

MACHADO, Denise. Catadoras de Caranguejo e saberes tradicionais na conservação de manguezais da Amazônia Brasileira. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n° 15, v.2, p.240, 2007.

MELLO, Luiz Gonzaga. *Antropologia Cultural: Iniciação, teoria e temas*. 8 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2001.

MOURA, Ricardo Damasceno. A lenda da mãe d'água nas relações de gênero: desafios da desconstrução de desigualdades na escola, *Cadernos de Textos do GEEDH, Educação em Direitos Humanos e diversos olhares*, Belém, 2011.

NEWITT, Marlyn. *História de Moçambique*. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

OYEWUMI, Oyeronke. Conceptualizando el género. Los fundamentos eurocentricos de los conceptos feministas y el reto de la epistemología

africana. In *Africaneado*. Revista de actualidad y experiencias. n. 4, 4º trimestre, 2010, pp.25-35.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99.

SERRA, Carlos. *História de Moçambique*, v. I. Maputo: Livraria Universitária/ UEM, 2000.